



# PAINÉIS DA POBREZA EM MACAÉ

Darana Carvalho de Azevedo<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Macaé pode ser facilmente adjetivada como dinâmica, no que diz respeito ao rápido crescimento populacional e econômico, acarretando, conseqüentemente, a necessidade de respostas ágeis para oferta de diversas políticas públicas. Nesse sentido, analisar este município, reconhecê-lo, acompanhar seus avanços, apontar direções e avaliar seus vetores e resultados, deve ser um exercício contínuo. Com essa pretensão, o presente trabalho não esgota o assunto e nem o trata em sua totalidade, ao contrário, faz um recorte temático buscando ilustrar painéis<sup>2</sup> que não fazem parte das "decorações de vitrine" (ninguém deseja evidenciar), mas que compõem esta cidade tão exuberantemente ativa, cravejada pelos poderes econômicos, pelos quais se faz conhecida nacional e internacionalmente, e por uma beleza natural que inspirou Antônio Alvarez Parada, autor do hino da cidade, que nos inebria até hoje. Referimo-nos a um cenário composto por questões sociais que não podem ser ignoradas, necessitam ser reconhecidas e mitigadas. Falaremos mais especificamente da pobreza que assola 7,86% da população Brasileira, 3,85% dos moradores do estado do Rio de Janeiro e 3,19% dos residentes em Macaé<sup>3</sup> (CECAD, 2018).

Medir a pobreza é uma tarefa complicada, podendo ser até mesmo inócua caso não se entenda a complexidade de que se trata este fenômeno. O estabelecimento de valor monetário, como nas porcentagens declaradas acima, é um artifício utilizado para tornar factível a possibilidade de medi-la, mas abordar pobreza requer considerar dimensões subjetivas, econômicas, sociológicas e políticas em conformidade com as especificidades locais, considerando as diferenças sociais e culturais de cada território.

Seguindo esse entendimento, a pobreza, neste trabalho<sup>4</sup>, é compreendida como uma privação de insuficiência de renda, influenciando e sendo influenciada por questões de justiça e liberdade social. Essa abordagem da pobreza é defendida pelo ganhador do prêmio Nobel de economia, o indiano Amartya Sen.

Segundo Sen (2000), sua concepção de bem-estar diferencia dois aspectos: um que diz respeito ao bem-estar efetivamente alcançado e outro à liberdade para alcançá-lo, apontando, a partir de então, dois conceitos: o de *funcionamentos* e o de *capacitações*. Por *funcionamentos* entende-se os estados e as atividades que as pessoas valorizam em suas vidas, isto é, relaciona-se ao bem-estar efetivamente alcançado, aquilo que uma pessoa realiza. As *capacitações* dizem respeito à liberdade para alcançar bem-estar, ou seja, são as várias combinações possíveis de funcionamentos que refletem a liberdade da pessoa de viver o tipo de vida que deseja.

Conforme esse pressuposto, para a avaliação da pobreza é necessário o intercâmbio da economia com as demais esferas de pensamento como o Direito, a Filosofia, a Sociologia, a Política e até mesmo a Biologia. Nesse caso, as privações são vistas em um nível mais fundamental, introduzindo novas considerações éticas na avaliação do que realmente importa para o bem-estar de um indivíduo, tornando-se mais próximas de questões

de justiça social.

Dessa forma, a avaliação da pobreza depende da seleção do espaço em que esta é compreendida onde a avaliação das necessidades humanas tem de ajustar-se à existência de uma diversidade humana generalizada: seres humanos distintos ensejam necessidades e prioridades distintas. Sen (2000), justifica as razões para as variações a partir de quatro pontos

Primeiro, a relação entre renda e capacidade seria acentuadamente afetada pela idade da pessoa (por exemplo, específicas do idoso), pelos papéis sociais e sexuais (obrigações familiares, responsabilidade com a maternidade), pela localização (propensão a inundações ou secas, violência, etc.), pelas condições epidemiológicas e por outras variáveis sobre as quais a pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado.

Segundo, pode haver uma junção de desvantagens entre privação de renda e dificuldade na conversão desta em *funcionamentos*. Exemplo: desvantagens como a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Mas também torna mais difícil convertê-la em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma, pode necessitar de mais condições financeiras (para assistência, prótese, tratamento) para obter os mesmos *funcionamentos*.

Terceiro, a distribuição intrafamiliar da renda acarreta complicações adicionais na abordagem da pobreza com enfoque monetário, pois se esta é usada desproporcionalmente no interesse de alguns membros da família em detrimento de outros, o grau de privação dos negligenciados pode não se refletir adequadamente pelos proventos financeiros familiares.

Quarto, a privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades. Dessa forma, ser relativamente pobre em país rico, mesmo quando a renda absoluta de alguém é alta em termos do padrão mundial, pode ser uma grande desvantagem, pois as dificuldades que alguns grupos de pessoas têm para se integrar à vida da comunidade podem ser cruciais na questão da exclusão.

Cabe considerar também que os segmentos mais pobres em localidades com forte desigualdade de renda podem ter condições diferenciadas de acesso a uma série de bens e políticas públicas, quando comparados aos mesmos segmentos em outros locais onde o contexto geral é de pobreza.

Assim, a pobreza real em um sentido significativo, pode ser mais intensa do que aparenta quando avaliada apenas com base na renda. Retratar as características territoriais, as condições de moradia, o acesso aos serviços, os gastos com limitações de saúde, etc., são primordiais para o estabelecimento de uma análise da pobreza.

O presente artigo não tem como escopo avançar sobre todas as variáveis que perpassam a pobreza, como elucidadas acima, mas pretende retratar painéis que possibilitem a identificação das características da pobreza em Macaé, para além da renda, oferecendo um retrato socioeconômico das condições de vida, da composição familiar, das características territoriais em que se forjam esses quadros.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa realizada por meio dos dados disponíveis no CECAD, ferramenta de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único - instrumento obrigatório para a concessão de vários benefícios e que funciona como porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. São cadastradas as famílias que recebem até três salários mínimos ou que estejam incluídas em algum programa social das três esferas do governo para Programas Sociais do Governo Federal. O número de pessoas

cadastradas no período do estudo corresponde a 20% da população estimada para o ano de 2017, sendo 19,7% correspondente a indivíduos em extrema pobreza (entendidos com renda *per capita* familiar, atualizada, de até R\$89,00), pobreza (compreendidos os que possuem renda familiar *per capita* de até R\$178,00 atualizado) e vulneráveis à pobreza (que possuem renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo). Para se ter uma ideia, o IBGE identifica 23,18% de pessoas nessas mesmas faixas de renda familiar *per capita*, sendo que 1,38% da população são considerados extremamente pobres, 4,63% da população estão na faixa de renda caracterizada como pobreza e 17,17% encontram-se vulneráveis à pobreza. Os dados do CECAD correspondem à quase totalidade apontada pelo IBGE no censo de 2010, tendo uma diferença de 3,48% de variação que, por sua vez, também sofre influência em razão da variação da estimativa populacional.

O CadÚnico é preenchido através de entrevistas realizadas nos equipamentos de assistência social, como o Centro de Referência de Assistência Social e o Bolsa Família. As respostas envolvem tanto a autodeclaração do entrevistado quanto a apresentação de documentação.

Os dados utilizados neste capítulo são referentes ao mês de agosto de 2018, cujo número de famílias é de 17.865 sendo 50.578 pessoas inscritas. Os mesmos foram obtidos pelo livre acesso ao CECAD, na página eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Social, e pelo CECAD de acesso restrito fornecido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Macaé.

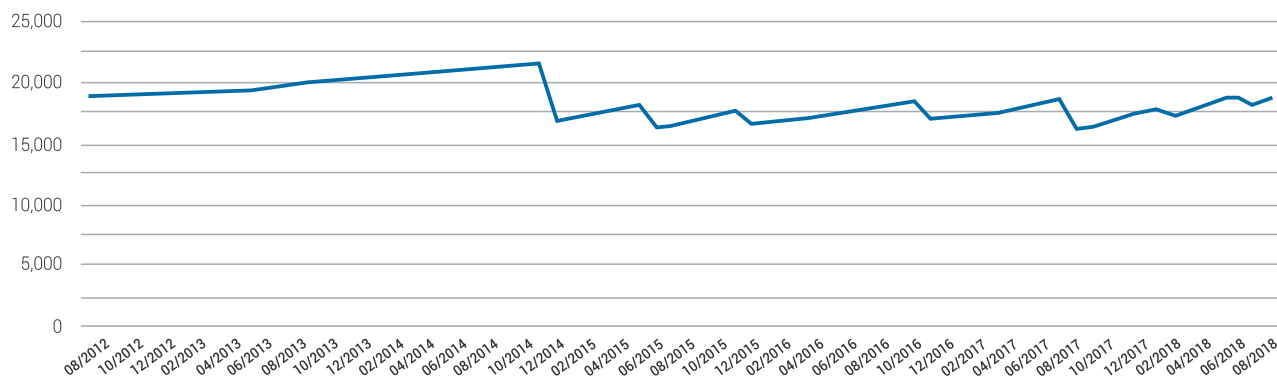
Começaremos nossa análise com um panorama da cidade de Macaé nos últimos anos<sup>5</sup>, localizando o contexto estrutural socioeconômico, para posteriormente reconhecermos como esses aspectos se exprimem na atualidade, a partir das características territoriais do município. Para tanto, faremos uma avaliação por setores administrativos<sup>6</sup>, reconhecendo de forma separada os seis setores administrativos que pertencem ao distrito sede de Macaé e os que compõem os distritos da Serra, examinados de forma conjunta.

## 2. MACAÉ NOS ÚLTIMOS ANOS

Macaé é uma cidade de porte médio, com uma população de 206.728 habitantes (IBGE, 2010), cuja característica historicamente é de uma extensa quantidade de população migrante de diversas localidades em busca de empregos e/ou melhores condições de vida. Especificamente nesta população pesquisada, o número de chefes de famílias que vieram de outras regiões é 68,24% (CECAD, 2018).

É importante ressaltar que, apesar da grande flutuação, o número de famílias cadastradas é de uma média de 17.476 desde o ano de 2016, período em que houve uma queda no número de famílias inseridas no CadÚnico: até final do ano de 2014 contávamos com 21.541 famílias, como pode ser visto no gráfico abaixo. Pelo Gráfico 1, observa-se ter ocorrido uma egressão das famílias no fim de 2014 e uma inconstância de famílias ingressadas a partir dessa data, reflexo, também, do cenário socioeconômico e político brasileiro (NOLETO, 2018).

Gráfico 1: Famílias inseridas na CadÚnico em Macaé



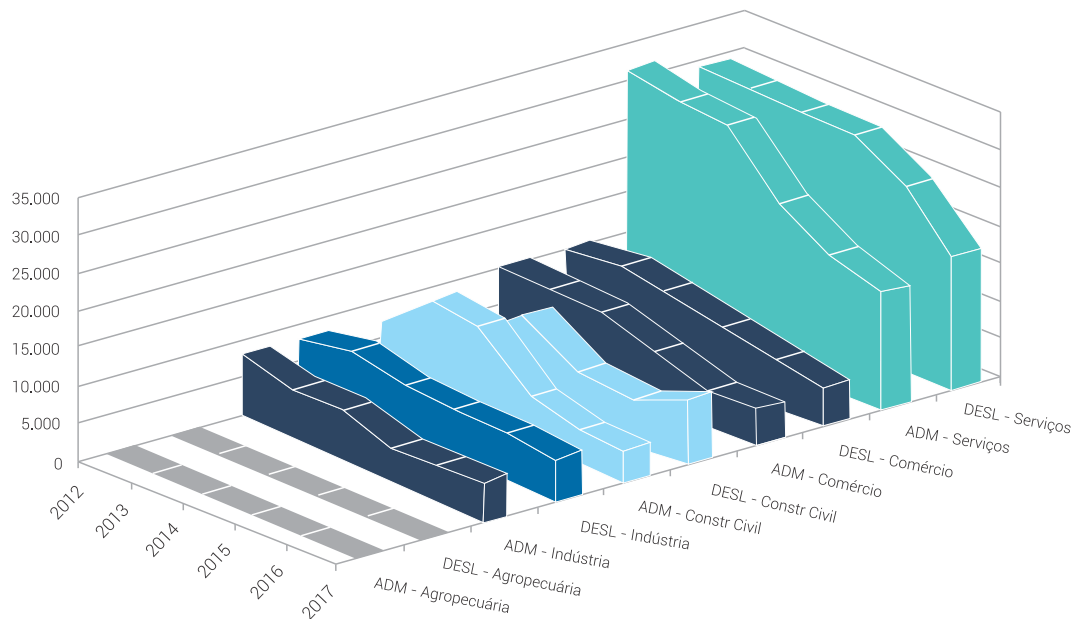
Fonte: CECAD, 2018.

A crise teve início em 2008, com o excesso de exposição ao risco do sistema financeiro americano e na frouxa regulação desse sistema: fornecimento de créditos a pessoas que não teriam condições de honrar com os compromissos, conhecido como *subprime*. A partir de então a crise tomou proporções geográficas maiores e se prolonga até o momento (NOLETO, 2018).

Concernente a esse quadro, a economia brasileira apresentou seus primeiros sinais de fraqueza ao final de 2013, quando se configurou uma tênue tendência de queda dos investimentos. Em 2014, os níveis dos investimentos e de utilização da capacidade instalada entraram em tendência descendente consistente e o número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado começou a cair. Em 2015 e 2016, o Brasil teve uma recessão marcada pela queda acentuada do Produto Interno Bruto (PIB) e elevação drástica da taxa de desemprego (NOLETO, 2018).

Dentre os diversos vetores da crise econômica brasileira, a operação judicial/econômica, mais precisamente a atuação da Operação Lava-Jato, atingiu as grandes empreiteiras e a Petrobras (SICSÚ, 2018), trazendo grandes repercussões para o município de Macaé, cujas atividades econômicas são fortemente influenciadas pela empresa em questão, repercutindo no setor de serviços e na construção civil (como mostra o Gráfico 2), sendo o primeiro o que mais emprega a população, objeto deste estudo, e o segundo, o que obteve maior porcentagem de desempregos, principalmente referentes às pessoas que recebem até três salários mínimos (CAGED, 2018).

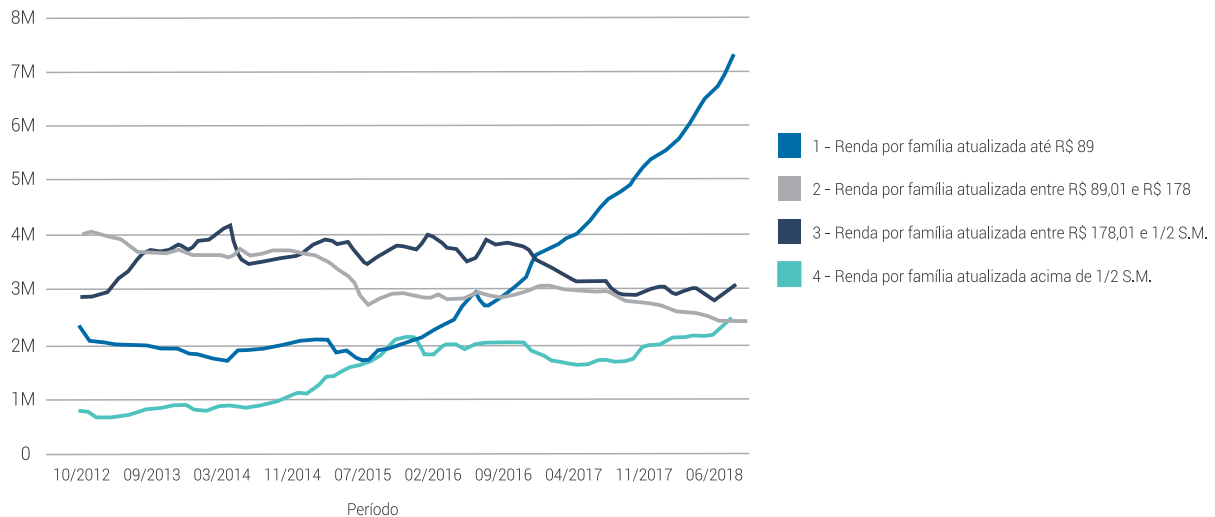
Gráfico 2: Evolução das admissões e desligamentos em Macaé - 2012 a 2017



Fonte: CECAD, 2018.

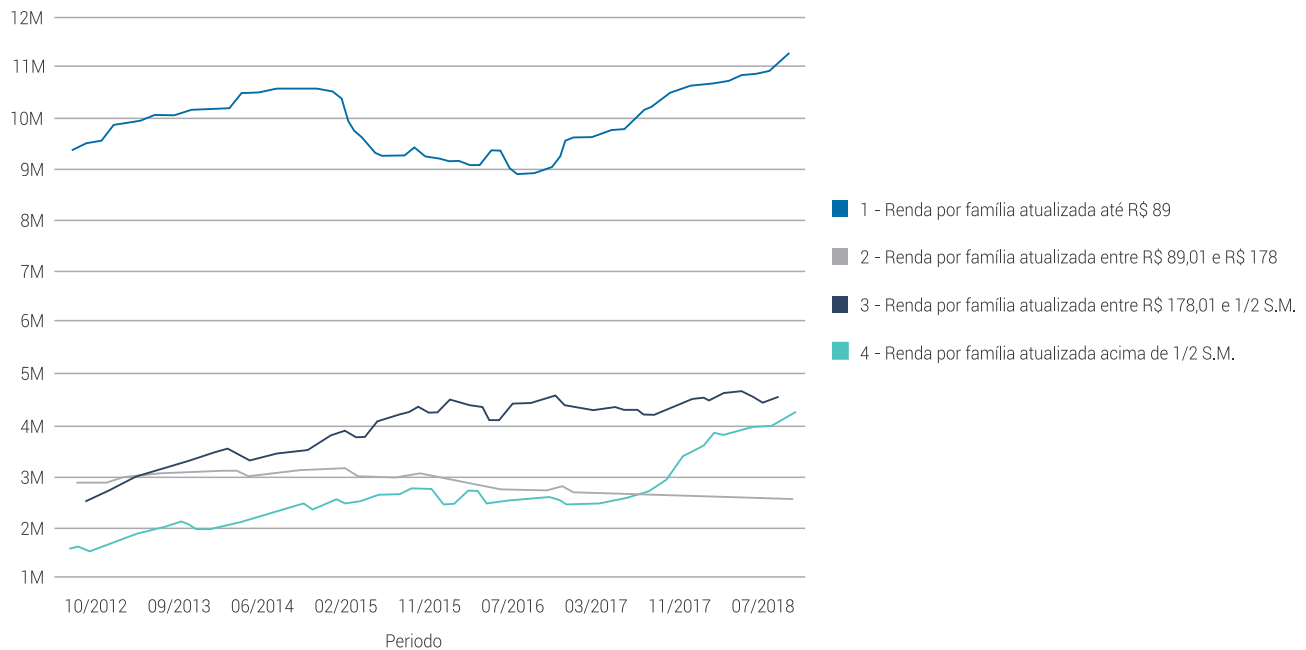
Voltando à questão das famílias inseridas no CadÚnico, o impacto foi sentido não somente no número de novas famílias inseridas, como também na mudança do quadro de distribuição de renda *per capita* das famílias atualizadas no cadastro, como pode ser observado pelo Gráfico 3, no qual o contingente que se encontra em extrema pobreza, sem renda ou com renda *per capita* de até R\$ 89,00, aumentou acentuadamente, atingindo, em 2018, mais que o triplo da média que manteve até o ano de 2016. Consequentemente, achata-se a concentração entre aqueles que recebem mais que R\$ 89,00, quase não existindo mais diferenças de distribuição de renda entre essas últimas categorias. Realidade que não se repete em âmbito nacional, como pode ser visto no Gráfico 4.

Gráfico 3: Distribuição de renda por família atualizada em Macaé



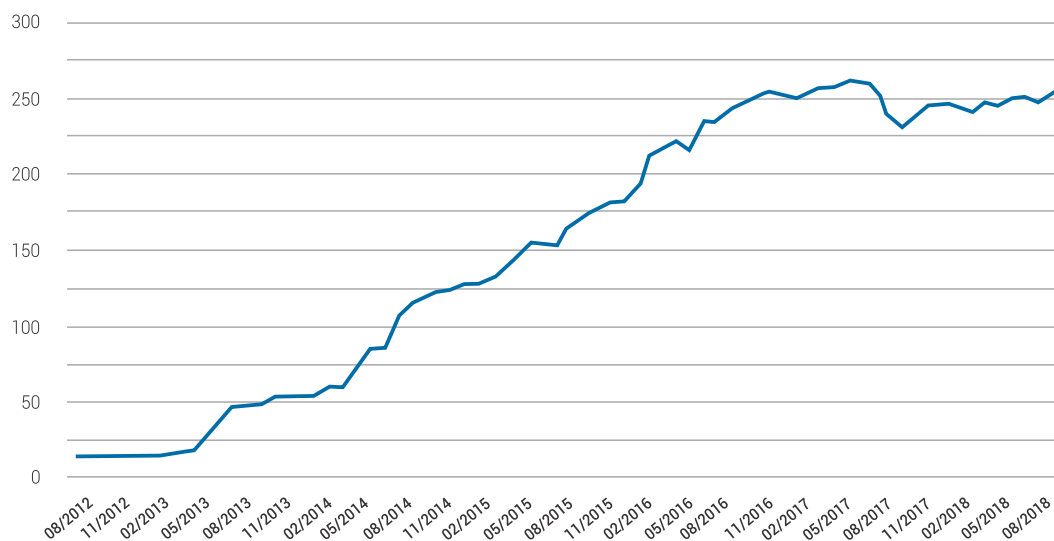
Fonte: CECAD, 2018.

Gráfico 4: Distribuição por renda, por família no Brasil



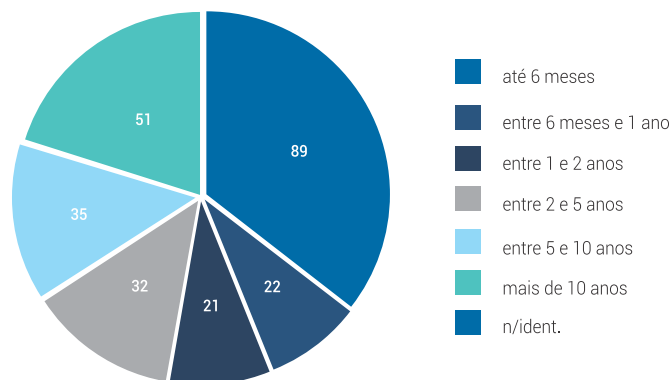
Concernente ao quadro econômico, registra-se um progressivo aumento de famílias em situação de rua, principalmente a partir do segundo semestre de 2013, antes mesmo da recessão econômica que assolou o país em 2015 e 2016, período em que houve maior proeminência do crescimento de população em situação de rua no estado do Rio de Janeiro (ERJ), diferentemente de Macaé, que já vinha apresentando esse quadro sensivelmente observado em nossas praças e calçadas, confirmado pelos números estatísticos (Gráfico 5).

Gráfico 5: Famílias em situação de rua cadastradas em Macaé



Dos que se encontram em situação de rua, somente 34,4% residem em Macaé há mais de 5 anos, os que estão há menos de dois anos na cidade correspondem a 52% da população em situação de rua, conforme mostra o Gráfico 6. Isto é, mais da metade são famílias que residem recentemente na cidade e que migraram mesmo após a crise econômica do país e do município, provavelmente ainda em busca de emprego e melhores condições de vida, não obtendo sucesso diante da situação estrutural.

Gráfico 6: Tempo em que mora na cidade de Macaé



Fonte: CECAD, 2018.

Levando em consideração o quadro até aqui levantado, concordamos com Martínez (1998) ao relatar que a pobreza se expressa em um círculo vicioso, pois a partir do momento que o indivíduo é pobre, ele carece de dotações iniciais mínimas, ou seja, suas capacidades são tão baixas que ele se vê privado de exercer seus direitos. De outra forma, a ausência desses direitos o impede de ter potência em suas capacidades, retroalimentando sua situação, relegando-os, assim, a uma situação de indefesa total diante uma mudança mínima do contexto socioeconômico.

Por outro lado, um futuro promissor se desenha não só na cidade de Macaé como em todo o Brasil. Referimo-nos à escolaridade que avançou do fundamental completo para o ensino médio completo, mantendo a ascensão a partir do ano de 2014, no que diz respeito às pessoas cadastradas, principalmente os filhos dos chefes de família. Estes últimos possuem, em sua maioria, Ensino Fundamental incompleto.

Outro ponto de análise são as condições de moradia e salubridade: nota-se um aumento progressivo no número de domicílios com água canalizada, sendo 79% em 2014, 87% em 2016 e 90% na atualidade. Quanto à forma de abastecimento, 65% possuem rede geral de distribuição de água, mesmo valor apresentado desde 2014, não havendo alteração significativa nas demais formas de abastecimento, inferior à porcentagem de residências com rede geral de distribuição do estado, que é de 75,3%. Porém, relevante é o número de moradias cujo abastecimento é por meio de poço ou nascente, sendo 26%, permanecendo sem alteração relevante.

A rede coletora de esgoto ou pluvial também apresentou melhora no ano de 2014 para o ano de 2016, porém mantendo-se na faixa de 59% das residências nos últimos anos, abaixo da taxa do ERJ (72,4%). O quadro dos que possuem fossa rudimentar também permanece inalterado nos últimos anos, sendo 20%, ao passo que no estado são 8% das moradias cadastradas nos CadÚnicos.

Um ponto positivo é a coleta de lixo, que ocorre diariamente em 90% dos domicílios em questão.

A maioria dos domicílios cadastrados, 80%, possui rede elétrica com medidor próprio, quadro que melhorou desde os anos 2014 e 2016, período em que 75% da população contava com rede própria, o que, a propósito, indica taxas melhores do que as do ERJ, que corresponde a 66,4% com relógio próprio.

Houve melhora, também, na água canalizada, atingindo quase a mesma medida do ERJ de 89,2%. No entanto, um quadro preocupante é o que diz respeito ao saneamento e acesso à água tratada, que impactam diretamente na saúde e bem estar social e, como vimos, influenciam na pobreza, visto os efeitos nas capacidades e funcionamentos das pessoas.

Referente ao material predominante nas paredes dos domicílios, observa-se um aumento em materiais de alvenaria sem revestimento, em contraposição à diminuição dos que possuem acabamento, apesar destes serem em maiores quantidades. Em 2014, 82% eram de alvenaria com acabamento, na atualidade são 74%. Um acabamento adequado, assim como ambientes arejados, são fatores importantes para a prevenção de doenças do trato respiratório, o que pode influenciar tanto na frequência escolar quanto no aumento de gastos com a saúde e nas ausências ao trabalho.

Outro indicador em que se observa crescimento é no número de pessoas com deficiência cadastradas no CadÚnico, apresentando, na presente data, 4,7 vezes mais pessoas com deficiência do que o mesmo período do ano de 2012, conforme Tabela 1, abaixo. Isso representa uma diminuição clara em obter os mesmo funcionamentos de outrora, seja por conta de renda reduzida, diminuição dos postos de trabalho, seja pelas condições de subsistêmicas afetadas pela conjuntura social, política e econômica da atualidade.

*Tabela 1: Pessoas com deficiência cadastradas no CadÚnico em Macaé*

AGO/12	AGO/13	JUL/14	AGO/15	AGO/16	AGO/17	AGO/18
458	707	820	1.062	1.312	1.655	2.174

*Fonte: CECAD, 2018.*

Enfim, as famílias cadastradas no CadÚnico continuam a representar o histórico contingente de migrantes em busca de empregos e melhores condições de vida. São chefes de família com baixa escolaridade. Incluído a este panorama, a cidade apresenta indicadores preocupantes no que diz respeito às condições de vida da população mencionada, estando aquém das referências nacionais ou estaduais. Questões como saneamento, acesso à água tratada, ou até mesmo quadros que representam piora como condições das residências, são fatores que repercutem diretamente na liberdade dessas famílias no que diz respeito aos seus direitos de acesso a serviços importantes para o seu bem-estar.

Dessa forma, as famílias analisadas possuem poucas capacidades, mostrando-se completamente suscetíveis às condições econômicas, o que contribui para o aumento da extrema pobreza, refletida tanto na grande concentração de baixos salários ou até mesmo ausência desses, quanto nas condições de vida, quadro que requer uma intervenção política por meio de programas e benefícios específicos, a fim de viabilizar a sobrevivência dessas famílias.

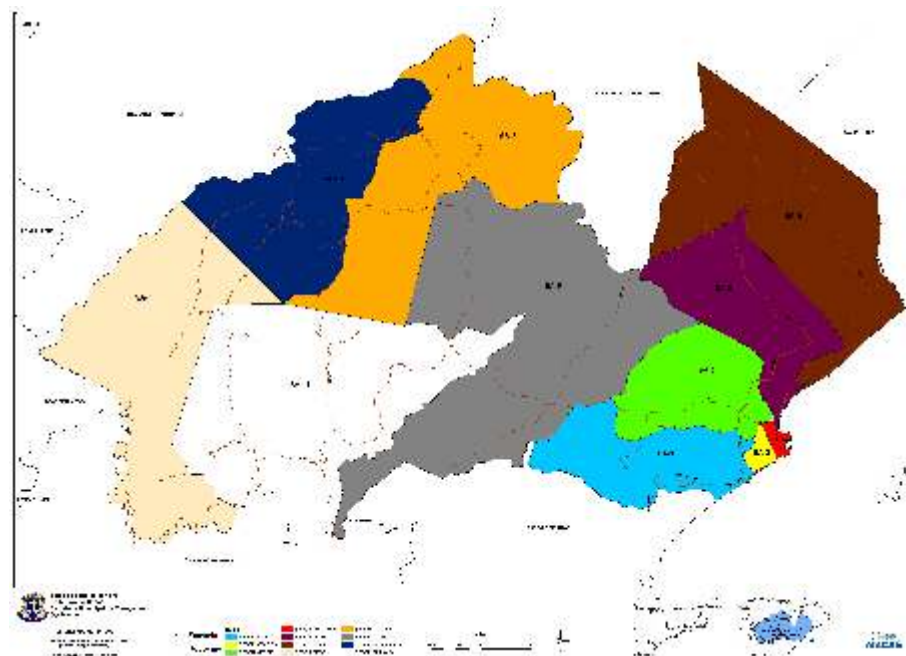
É importante salientar que, apesar de ser perigoso compreender a pobreza segundo a perspectiva limitada da renda, nesses casos, faz-se mister tomar o cuidado de não cair no erro de justificar investimentos em educação, saneamento, transporte, habitação ou serviços de saúde e outros, como meios para a redução da pobreza de renda, "isso seria confundir fins com os meios" (SEN, 2000, p. 114). Reforçamos a necessidade das



políticas públicas e dos programas de assistência, uma vez que a baixa renda é uma das causas principais da pobreza e uma das grandes cerceadoras da liberdade.

### 3. MACAÉ DE HOJE: UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Mapa 1: Setores administrativos - Macaé



Fonte: Geo Macaé, 2012.

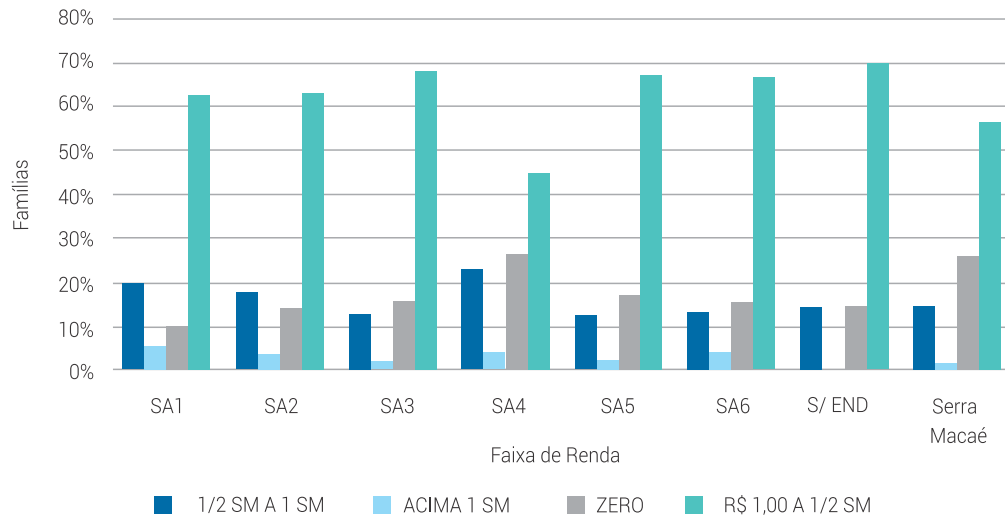
É comum ouvirmos as palavras: “da ponte pra lá” para representar uma divisão territorial não somente concebida por seus contornos geográfico como também socioeconômicos, expressos pelos setores administrativos SA5 (Barra De Macaé, Ajuda De Baixo, Nova Esperança, Nova Holanda, Fronteira, Ajuda De Cima, Parque União) e SA6 (Parque Aeroporto, São José Do Barreto, Lagomar, Cabiúnas, Parque Atlântico, Engenho Da Praia). Com maior representatividade populacional, esses setores concentram respectivamente 32% e 27% das famílias cadastradas no CadÚnico em agosto de 2018, ou seja, os dois setores juntos são responsáveis por mais da metade das famílias cadastradas do território macaense.

O terceiro setor administrativo com maior concentração de famílias cadastradas – 19% - é o SA3 (Aroeira, Botafogo, Virgem Santa, Nova Cidade, Jardim Santo Antônio, Malvinas, Horto), seguidos pela Serra de Macaé e o SA2 (Riviera Fluminense, Praia Campista, Visconde De Araújo, Miramar, Costa Do Sol, Campo D’Oeste, Novo Horizonte, Sol Y Mar) com 8%, SA4 (Centro, Cajueiros, Imbetiba, Alto Cajueiros) com 4% e SA1 (Imboassica, Lagoa, Vale Encantado, Granja Dos Cavaleiros, Glória, Cavaleiros, Mirante Da Lagoa, São Marcos, Novo Cavaleiros, Cancela Preta, Jardim Vitória) com 3%.

Os setores que possuem maior concentração de famílias desempregadas ou sem renda, em relação às demais faixas salarias do próprio setor, são o SA4 e os distritos da Serra de Macaé. Porém, são famílias com

renda *per capita* de R\$1,00 a ½ salário mínimo que mais representam as famílias cadastradas de cada setor, como pode ser visto no Gráfico 7. O setor que possui a maior concentração de renda *per capita* acima de 1 salário mínimo é o SA1, com 6% em relação às demais renda do setor, seguido do SA2, SA4 e SA6, com 4% cada. O número de famílias que não declararam o endereço corresponde a 0,1% do total.

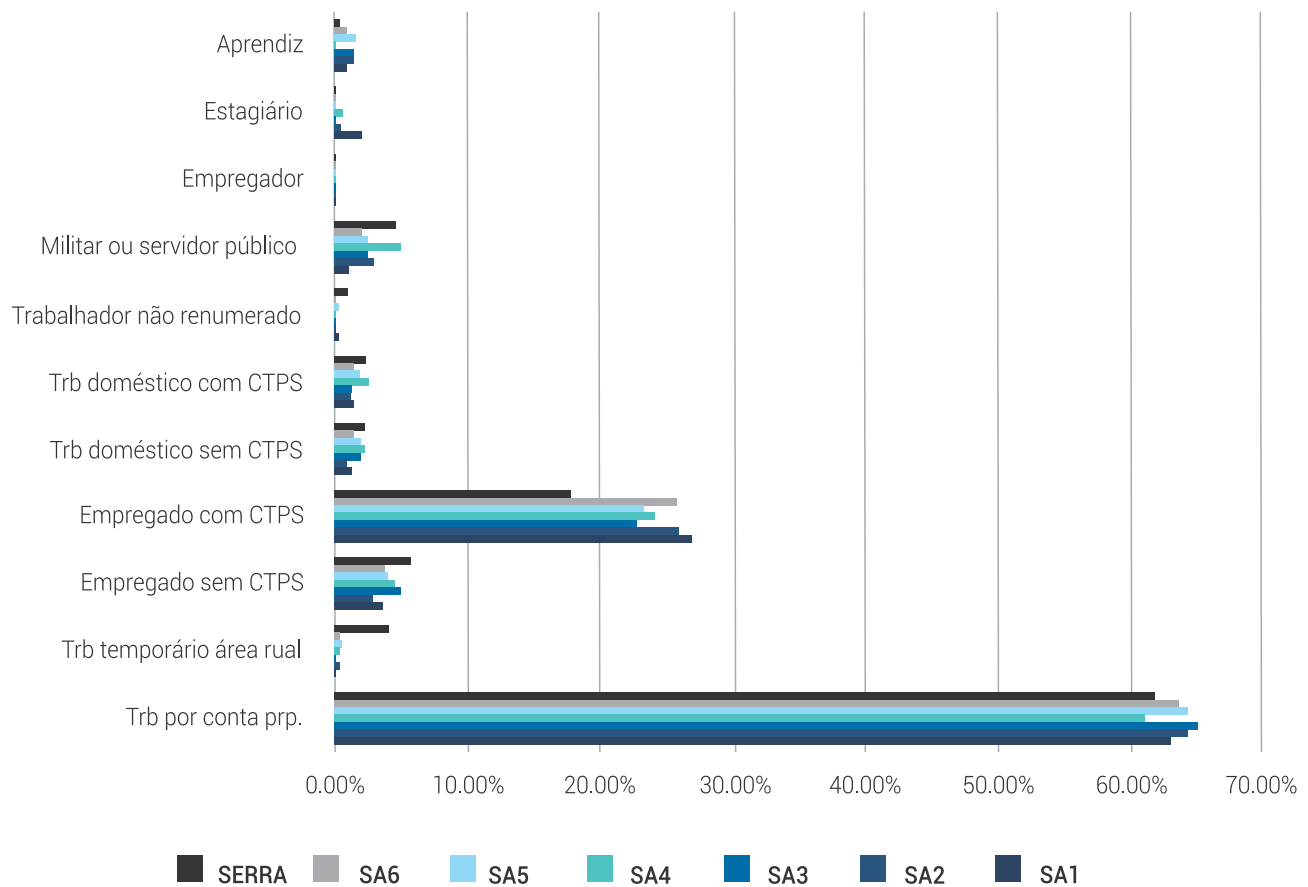
Gráfico 7: Faixa de renda per capita por setores administrativos



Fonte: CECAD, 2018.

A principal atividade laboral das pessoas cadastradas é por conta própria, 63,9%, isto é, sem seguros previdenciários. Empregados com carteira de trabalho são 24%. Dos trabalhadores cadastrados no CadÚnico, o setor que possui a maior porcentagem de trabalhadores por conta própria em relação a outro tipo de atividade laboral é o SA3. Os distritos da Serra são onde se encontra a maior porcentagem de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, seguido do SA3. O SA4 é onde tem a maior porcentagem de trabalhadores domésticos com ou sem carteira de trabalho assinada e, também, maior concentração de empregados públicos ou militares. A menor concentração dessas três últimas ocupações se encontra no SA1 e SA2 (Gráfico 8).

Gráfico 8: Tipo de ocupação dos trabalhadores cadastrados no CadÚnico em Macaé

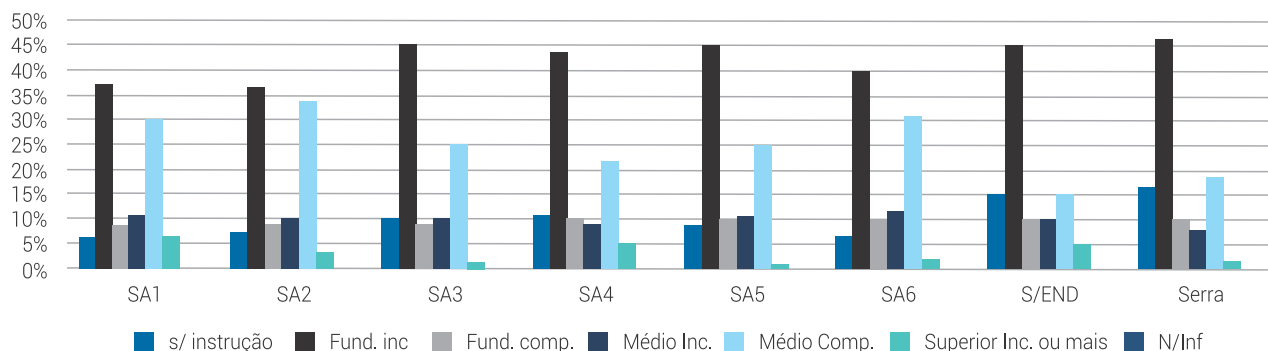


Fonte: CECAD, 2018.

Concernente à escolaridade, a maioria dos chefes de família cadastrados possuem o ensino fundamental incompleto, seguido do ensino médio completo.

O SA4 e a Serra possuem maior quantidade de chefes de família desempregados e/ou sem renda e sem instrução. Serra, SA3, SA4 e SA5 são os que possuem maior concentração de famílias mantidas por membros com Ensino Fundamental incompleto de escolaridade, sendo 46%, 45%, 43% e 45% respectivamente. O SA1 é o que possui maior quantidade de chefes de família com o Ensino Superior, seja incompleto ou completo, em comparação aos outros graus de instrução do setor – 7% o que coincide, também, com a maior concentração de chefes de família com renda mensal *per capita* superior a 1 salário mínimo, seguido do SA4 com 5%. O SA2 é o que possui maior concentração de chefes de família com Ensino Médio completo – 34%, seguidos do SA6 e SA1 com 30% cada. Não coincidentemente, os SA2, SA4 e SA6 apresentam cidadãos com melhor grau de instrução e são também os que apresentam o segundo posto para as melhores condições de renda *per capita* familiar (Gráfico 9).

Gráfico 9: Grau de Instrução dos chefes de família por setor administrativo



Fonte: CECAD, 2018.

A maioria dos mantenedores de família estão na faixa etária estipulada como economicamente ativa. Uma quantidade mínima é conduzida por pessoas com até 17 anos (ver Tabela 2) e cerca de 0,1% por pessoas maiores 65 anos. O SA3 e o SA5 são os que possuem maior quantidade de chefes de família com até 17 anos de idade, com grau de instrução variando do Ensino Fundamental incompleto ao Ensino Médio incompleto. SA5 e SA6 são os mais representados pelos idosos como chefes de famílias, a grande maioria com fundamental incompleto e pelos sem instrução (ver Tabela 3); desses, 54% possuem renda familiar *per capita* de ½ a 1 salário mínimo e 28% de zero a ½ salário mínimo, como mostra a Tabela 4.

Tabela 2: Grau de Instrução de chefes de família com até 17 anos

FAIXA DE IDADE ATÉ 17 ANOS									
Grau de instrução	SA1	SA2	SA3	SA4	SA5	SA6	S/ END	Serra	Total
Fundamental Inc.	0	1	5	0	6	5	0	2	19
Fundamental Comp.	0	0	8	0	4	5	0	0	17
Ensino Médio Inc.	0	0	2	0	3	1	0	0	6
n/ inf.	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	0	1	15	0	14	11	0	2	43

Fonte: CECAD, 2018.

Tabela 3: Grau de instrução de chefes de família com 65 anos ou mais

FAIXA DE IDADE ATÉ 65 ANOS OU MAIS									
Grau de instrução	SA1	SA2	SA3	SA4	SA5	SA6	S/ END	Serra	Total
Sem Instrução	16	38	106	36	173	115	2	115	601
Fundamental Inc.	39	120	179	69	247	247	-	126	1.027
Fundamental Comp.	3	14	11	12	22	25	-	6	93
Ensino Médio Inc.	4	5	7	7	9	14	-	5	51
Ensino Médio Comp.	9	29	28	21	22	55	1	8	173
Superior Inc. ou mais	1	2	2	4	-	6	-	1	16
n/ inf.	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	72	209	333	149	473	462	3	261	1.962

Fonte: CECAD, 2018.

Tabela 4: Responsável pela família com 65 anos ou mais

FAIXA DE IDADE ATÉ 65 ANOS OU MAIS									
Renda per capita	SA1	SA2	SA3	SA4	SA5	SA6	S/ END	Serra	Total
1/2 SM A 1 SM	34	110	171	93	262	231	1	151	1.053
ACIMA 1 SM	5	17	28	16	29	54		10	159
ZERO	15	16	31	9	42	43	1	39	196
R\$1,00 A 1/2 SM	18	66	103	31	140	134	1	61	554
Total Geral	72	209	333	149	473	462	3	261	1.962

Fonte: CECAD, 2018.

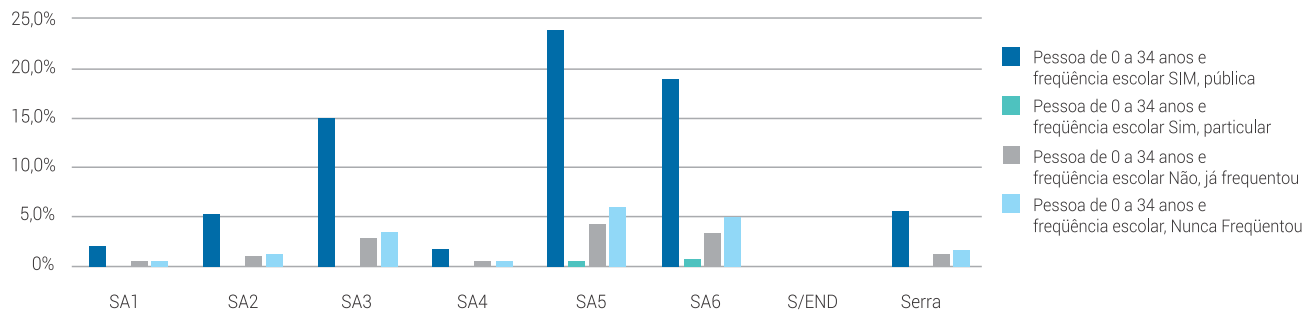
Das pessoas cadastradas, as que se encontram em idade/série de estudo contam com maior necessidade de escolas de Ensino Médio, principalmente nos SA5 e SA6, seguidos pelo SA3. Posteriormente, a maior necessidade é de Educação Infantil, nos mesmos setores administrativos (ver Tabela 5). A maioria frequenta escolas da Rede Pública, 70,7%; enquanto 16,6% nunca frequentou; e já frequentaram, mas não frequentam no momento, 11,7%, como pode ser visto no Gráfico 10. No entanto, o que se observa é que as maiores ofertas do Ensino Médio da Rede Pública se encontra nos distritos da Serra, sendo 5 escolas, seguidos do SA3 e SA4 com 3 escolas cada. Os que possuem menor oferta são justamente os SA5 e SA6, que maior demanda apresentam, sendo 1 escola cada. Ao todo, o município oferece 16 escolas de Ensino Médio. No que concerne à Educação Infantil, o município conta com 62 escolas, as maiores ofertas estão nos SA5 e SA6, seguido do SA3, exatamente conforme a demanda<sup>9</sup>.

Tabela 5: Frequência à escola por idade e Setor Administrativo

FAIXA DE IDADE					
SETOR	0 a 6	7 a 15	16 a 17	18 a 24	25 a 34
SA1	105	56	275	59	123
SA2	312	184	830	157	386
SA3	1.061	552	2.437	509	1.202
SA4	85	38	229	78	119
SA5	1.792	975	3.950	853	1.807
SA6	1.495	729	3.234	648	1.443
S/END	7	3	8	-	7
Serra	398	222	861	194	462
Total	5255	2.759	11.824	2.498	5.549

Fonte: CECAD, 2018.

Gráfico 10: Pessoas de 0 a 34 anos e frequência escolar



Fonte: CECAD, 2018.

No que diz respeito às despesas dessas famílias (ver Tabela 6), com água e esgoto, energia, gás, aluguel, medicamentos, transporte e alimentação, observa-se que o SA1 é o que mais consome no total, seguido do SA2 e SA6. O menor consumo está nos distritos da Serra (lembrando que não há gastos com água e saneamento no local, o que é subsidiado pelo município) e nos SA4 e SA5. O SA6 tem o terceiro aluguel mais caro, perdendo para o SA1 e SA2; também é o segundo que mais gasta com transporte, perdendo apenas para o SA1; e, ainda, o que mais gasta com alimentação. Os menores gastos com aluguel encontram-se no SA5. Os distritos da Serra são os que apresentam os menores gastos com alimentação, o que é esperado, devido à produção própria de alimentos comuns nessas áreas, seguido do SA4, com baixos gastos relacionados à alimentação e, conseqüentemente, com gás também, lembrando ser, este último, o que mais apresenta famílias sem renda. É, também, juntamente com o Centro, o que tem os menores gastos com transporte, igualmente esperado pela localização do Centro da cidade, e a Serra por ter outras modalidades de transporte, demonstra também pouco deslocamento destas famílias para o distrito sede.

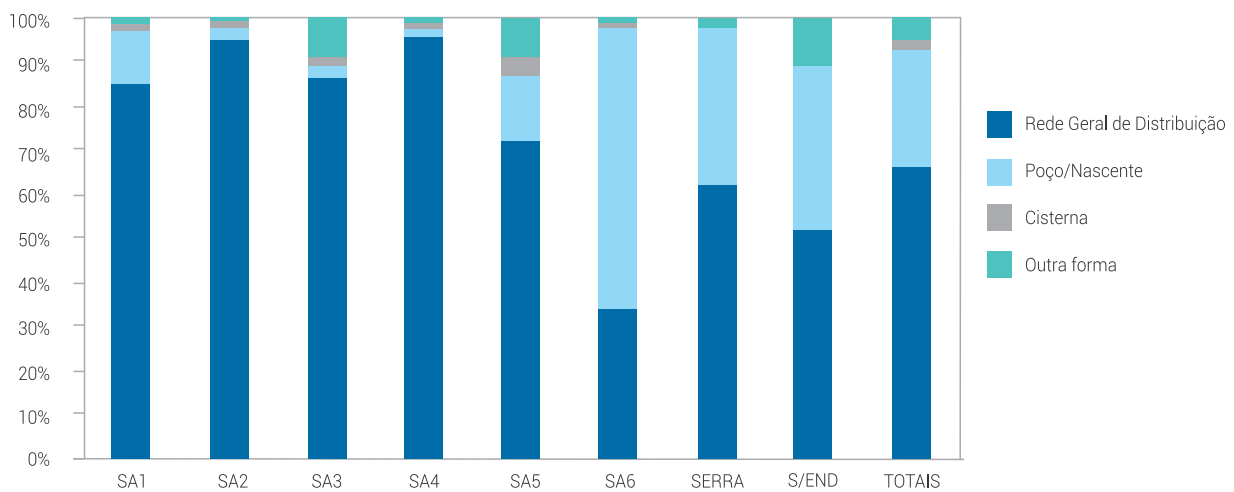
Tabela 6: Despesas Familiares

SETOR ADM	ENERGIA	ÁGUA/ESGOTO	GÁS	ALIMENTAÇÃO	TRANSPORTE	ALUGUEL	MEDICAMENTO	TOTAL
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
SA1	89,63	22,35	38,46	246,43	10,08	165,56	30,75	603,24
SA2	83,76	20,33	38,81	215,61	5,24	152,09	27,01	542,85
SA3	65,88	9,86	40,87	230,89	5,65	114,16	21,02	488,33
SA4	64,81	18,17	29,35	167,81	2,55	102,63	29,17	414,48
SA5	51,29	4,57	32,07	191,64	5,29	72,31	11,59	368,76
SA6	88,06	4,75	46,40	250,38	6,75	129,59	16,71	542,63
Serra	29,55	0,04	18,45	131,62	2,56	36,93	15,86	235,01
S/END	59,10	2,50	33,60	201,40	0,50	29,50	12,00	338,60
Total	532,07	82,57	278,01	1.635,78	38,61	802,76	164,10	3.533,91

Fonte: CECAD, 2018.

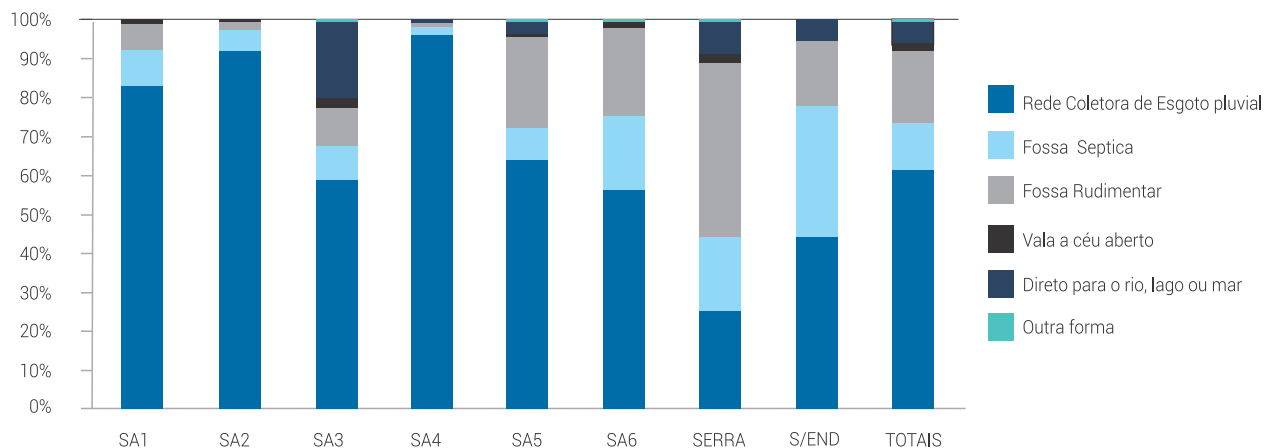
Em relação às condições de moradia, observamos que os SA3, SA5, SA6 e os Distritos da Serra são os que mais apresentam painéis de condições precárias. As residências do SA3 são as que apresentam maior porcentagem de: tipo de iluminação elétrica sem medidor em comparação aos demais setores administrativos; escoamento sanitário por vala a céu aberto, segunda maior concentração de ruas sem calçamento, 25%, igual ao SA6. O SA6 é o com maior porcentagem de forma de abastecimento de água por poço ou nascente: 64% e, juntamente com o SA5, é o segundo maior com presença de fossa rudimentar, nas formas de escoamento sanitário: 25%. Os Distritos da Serra são os que possuem maior porcentagem de saneamento por fossa rudimentar, representando 45% em relação as demais formas de saneamento existentes. No que diz respeito as condições de calçamento, 33% do território deste setor não possuem calçamento (Gráficos 11, 12 e 13).

Gráfico 11: Rede de distribuição de água domiciliar

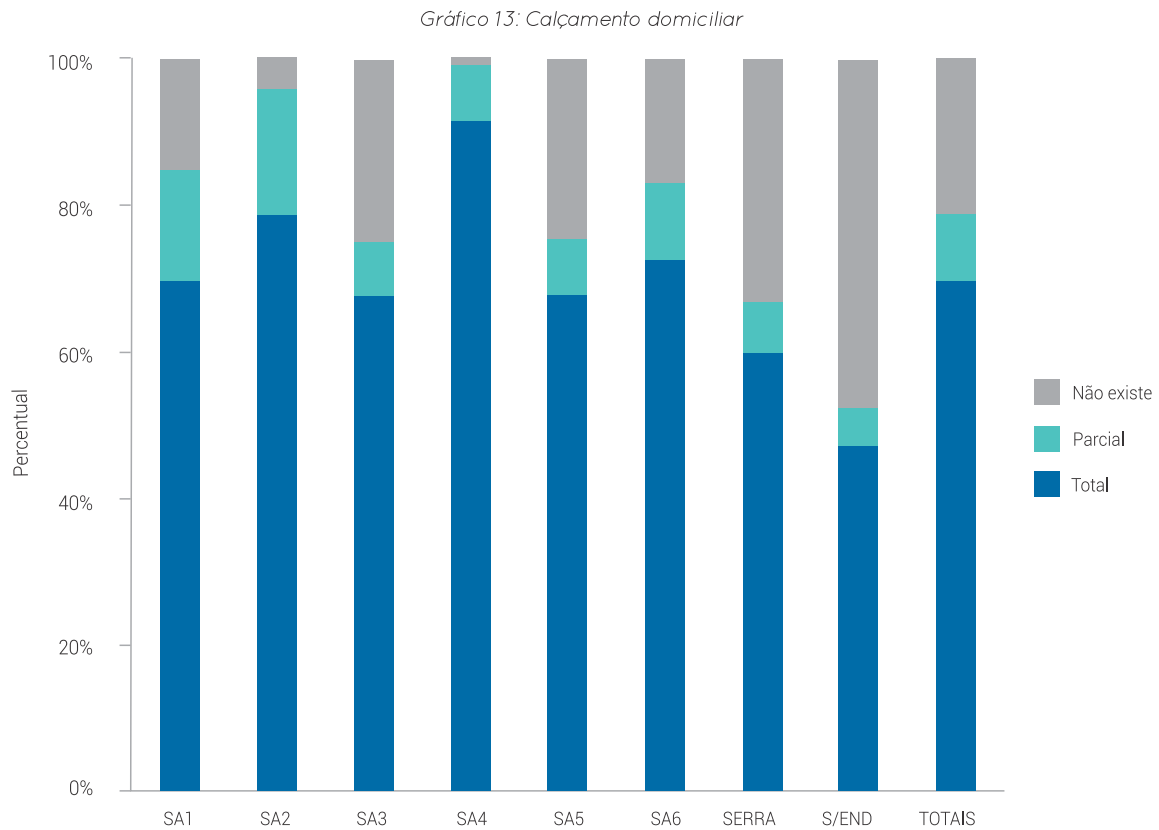


Fonte: CECAD, 2018.

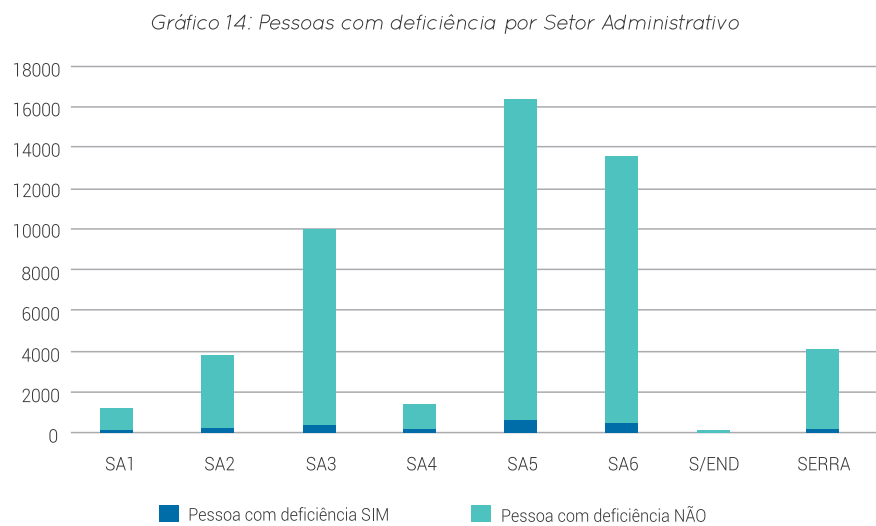
Gráfico 12: Escoamento de sanitário domiciliar



Fonte: CECAD, 2018.



Os SA5, SA6 e SA3 são os que possuem maior contingente de pessoas com deficiência, conforme pode ser visto no Gráfico 14. Não coincidentemente, são os setores com maior número de famílias com privações, e essa característica reforça o quadro de pobreza.





#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, pelas informações aqui expostas, observamos que os SA3, SA5 e SA6 são os setores com maior concentração de privações, o que foi possível constatar, tanto pela renda, visto que são os que possuem maior contingente de famílias com renda *per capita* de R\$1,00 a 1/2 salário mínimo, quanto em outras situações intimamente ligadas à liberdade, no sentido de acesso aos direitos e à justiça social.

No caso dos SA3 e SA5, observamos uma baixa instrução, o que cerceia a possibilidade de empregos ou a conquista de melhores condições de trabalho, refletindo diretamente na capacidade de auferir renda e de inserção no mercado com garantias trabalhistas e previdenciárias, o que inclui, também, benefícios relacionados a seguros de saúde, acidentes de trabalhos, aposentadorias, entre outros.

Já o SA3 possui o maior número de chefes de famílias inseridos no mercado de trabalho informal, sem os direitos acima citados. A precariedade é vista, também, na presença de mantenedores de famílias menores de 17 anos de idade, assumindo as responsabilidades de um lar, comprometendo a instrução na maioria dos casos, como foi observado.

O SA5 é ainda o setor com maior número de mantenedores de família idosos e com maior concentração de pessoas com deficiência, o que sugere a necessidade de maiores gastos com saúde, talvez até mesmo com materiais de higiene pessoal e alimentação adequada. Dessa forma, seria preciso maior renda familiar do que os outros setores para que essas famílias pudessem ter os mesmos funcionamentos das outras, o que não ocorre, como já visto acima, em relação à renda familiar *per capita*. Estão inseridos no SA6 os que apresentam condições mais precárias de saneamento, o que deixa a população mais suscetível às doenças de veiculação hídrica, mais propensa a gastos com saúde, o que, conseqüentemente, pode também refletir na sua liberdade para exercer a atividade laboral.

Conseqüentemente, são também os setores com os menores gastos, o que no caso, reflete menor poder de consumo, precisamente por serem não somente os que possuem menor poder aquisitivo, mas também os que possuem menores capacidades, fazendo com que necessitem de mais renda para dar conta das privações que são vítimas.

Enfim, trata-se de uma realidade cuja variável renda é um fator proeminente, mas que é realçado pela relação entre renda e capacidades que são afetadas pelas condições de vida dessa população. A realidade socioeconômica dessas famílias compromete a possibilidade de conversão da condição monetária vivida por cada uma e efetiva o quadro de exclusão social evidenciado pelas marcações territoriais. Exclusão que nega o acesso a serviços, a direitos sociais e até mesmo a aquisições materiais.

Há, dessa forma, um complexo painel de pobreza representado tanto pela baixa renda, crescentemente acentuada, quanto pelas precárias capacidades oferecidas em uma cidade marcada por grandes desigualdades sociais.

Portanto, oferecer serviços de educação, saneamento, saúde, habitação, torna-se importantíssimo para melhorar as capacidades dessas famílias, como bem nos relata Sen (2000): a liberdade de acesso a serviços, a liberdade de poder ter aquisições, a liberdade para se viver da forma como deseja não é apenas o final mais importante do desenvolvimento de uma família, de uma localidade, de uma cidade, é também o meio mais eficaz de alcançá-lo. Porém, reforçamos aqui que tudo isso não substitui as políticas de proteção social, por serem

essenciais para que o indivíduo tenha até mesmo o acesso aos serviços mais básicos.

Para finalizar, os painéis aqui desenhados são realidades retratadas com cores carregadas que nos mostram que o município de Macaé vem apresentando rendas familiares cada vez mais baixas. Esse quadro, somado às desigualdades sociais representadas em suas capacidades e funcionamentos, demonstra um grande contingente de extrema pobreza. Tem pessoas com urgências, tem pessoas com necessidades existenciais primárias, tem realidades que precisam sair do opaco desenho da indiferença.

## NOTAS

<sup>1</sup> Graduação em Serviço Social pela UFF-Niterói. Mestre em Políticas Sociais pela UFF-Niterói. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Macaé. Endereço institucional: Av. Presidente Sodré, Nº 534, Centro, Macaé-RJ. E-mail: darana\_@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> O jargão utilizado pela profissão é "expressões ou manifestações da questão social" ao utilizar o termo painéis estamos aduzindo à referida expressão.

<sup>3</sup> Os valores acima citados referem-se aos limites utilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que no seu princípio tinha como corte a orientação do Banco Mundial que era de 1 dólar por dia como linha de extrema miséria, hoje sendo indexado ao salário mínimo e suas variações.

<sup>4</sup> São varias as definições, ou mais especificamente, as abordagens de pobreza, especificar todas não é o objetivo deste trabalho, de forma que optou-se por explicitar apenas sobre a qual abordáramos, isto é, a da justiça e a da liberdade social. Para saber mais sobre as abordagens de pobreza ler Rocha (2003).

<sup>5</sup> Os dados utilizados, quando não referenciados nos gráficos, são referentes a dezembro de 2014, período que demarca grande mudança de cenário, maio de 2016, que representa valores mais próximos da média anual e agosto de 2018, o mais atual na época da pesquisa.

<sup>6</sup> Macaé distrito sede é composto por 6 setores administrativos (SA). O SA1 é composto pelos seguintes bairros: Imboassica, Lagoa, Vale Encantado, Granja Dos Cavaleiros, Glória, Cavaleiros, Mirante Da Lagoa, São Marcos, Novo Cavaleiros, Cancela Preta, Jardim Vitória. SA2: Riviera Fluminense, Praia Campista, Visconde De Araújo, Miramar, Costa Do Sol, Campo D'Oeste, Novo Horizonte, Sol Y Mar. SA3: Aroeira, Botafogo, Virgem Santa, Nova Cidade, Jardim Santo Antônio, Malvinas, Horto. SA4: Centro, Cajueiros, Imbetiba, Alto Cajueiros. SA5: Barra De Macaé, Ajuda De Baixo, Nova Esperança, Nova Holanda, Fronteira, Ajuda De Cima, Parque União. SA6: Parque Aeroporto, São José Do Barreto, Lagomar, Cabiúnas, Parque Atlântico, Engenho Da Praia.

<sup>7</sup> Para saber mais ler NOLETO (2018)

<sup>8</sup> Para maiores informações ler SICSÚ (2018)

<sup>9</sup> Fonte Secretaria Municipal de Educação.

## REFERÊNCIAS

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED. Disponível em: [caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml](http://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/home/home.xhtml). Acesso em julho de 2018

CECAD. Ferramenta de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único. Disponível em: [aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/auth/index.php). Acesso em agosto de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em setembro 2010.

LISBOA, V. Despesa de consumo das famílias cai 4,2% em 2016. Agência Brasil, 07 mar. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/despesa-de-consumo-das-familias-cai-42-em-2016> Acesso em: outubro 2017.

MACAÉ. Lei Complementar 214/ 2012. Dispõe sobre o novo reordenamento territorial do Município de Macaé, 2012.

MARTÍNEZ, C.C. *Pobreza urbana: problemas de ordem conceitual e implicação de política*. Seminário sobre pobreza urbana, ALOP, Banco Mundial, 1998.

NOLETO, Luis Eduardo Tavernard. Resultado fiscal do governo brasileiro: consequências para a situação socioeconômica do país. 2018. 31 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/12734/1/21486015.pdf>

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SICSÚ, J. A economia da depressão está de volta. Texto para Discussão 009, UFRJ, RJ, 2018. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0092018sicsu.pdf> Acesso em: outubro de 2018.

TAVARES, U. Poema: Além da Imaginação. In: *Viva a poesia viva*. Coleção Jabuti. São Paulo: Ed. Sariava, 2009